



VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: ACOLHIMENTO E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

RUTINHÉA SANTOS DE SANTANA; MARIA ENOY NEVES GUSMÃO;
ALEXANDRA BAHIA MENDONÇA BARRETO; MARTA GABRIELA MOURA LOPES;
NADIRLENE PEREIRA GOMES

RESUMO

INTRODUÇÃO: A violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. No Brasil e no mundo, esta se configura como um problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina. **OBJETIVO:** Verificar o que tem sido produzido pela comunidade científica da área da saúde sobre o acolhimento e humanização no atendimento à mulher vítima de violência, na atenção primária à saúde. **METODOLOGIA:** Para produção do estudo, foi utilizado o método de revisão integrativa de literatura, na qual a coleta de dados foi feita na base Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **RESULTADOS:** Considerando os artigos encontrados, os profissionais da atenção primária à saúde desempenham papel relevante no acolhimento, atendimento e direcionamento que as mulheres vítimas de violência necessitam. Além disso, torna-se indispensável o conhecimento da rede para garantir um cuidado integral e articulado entre os diversos entes da sociedade que tem como objetivo principal o enfrentamento à violência contra a mulher. Ademais, ficou evidente que há uma falta de capacitação dos profissionais, resultando em grande dificuldade de reconhecimento da violência. **CONCLUSÃO :** Ao final do presente estudo, fica registrado que Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada para atendimento de saúde, ainda há um longo caminho para alcançar um atendimento integral, eficaz e efetivo, para isso, é necessário um olhar ampliado e direcionado, além de investimento em políticas públicas e educação em saúde para profissionais e as vítimas.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Atendimento; Profissional de Saúde; Cuidado Integral; Educação Em Saúde

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher, segundo as Nações Unidas, pode ser definida como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres. No Brasil e no mundo, a violência contra mulher é um problema de saúde pública, configurando-se uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina. A violência atinge mulheres de diferentes classes, estados civis, regiões, crenças, escolaridade, orientações sexuais, raças/etnias, origens, podendo ocorrer em qualquer espaço. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), uma em cada três mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do

parceiro ou de terceiros, durante a vida (OPAS, 2022).

No âmbito da saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH) , criada em 2003, visa colocar em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde e proporcionar mudanças no modo de gerir e de cuidar. Esta traz como uma de suas diretrizes o acolhimento e possui uma grande relevância política e ética. O que significa reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde, o que requer escuta qualificada, compromisso e vínculo entre os atores envolvidos. (BRASIL, 2013).

Sendo assim, é direito das mulheres vítimas de violência o atendimento integral e humanizado, sendo os profissionais responsáveis pela escuta sensível e promoção de condutas que evitem a revitimização. Além disso, torna-se indispensável o conhecimento da rede para garantir um cuidado integral e articulado entre os diversos entes da sociedade que tem como objetivo principal o enfrentamento à violência contra mulher.

Diante o exposto, e considerando o profissional de enfermagem como um dos principais atores na produção do cuidado a essas mulheres, tem - se como objetivo para este estudo verificar o que tem sido produzido pela comunidade científica de enfermagem sobre o acolhimento e humanização no atendimento à mulher vítima de violência, na atenção básica à saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desse estudo e como resposta à seguinte pergunta: *“O que tem sido produzido pela comunidade científica de enfermagem sobre violência contra a mulher, o acolhimento e humanização na atenção básica à saúde?”*, foi utilizado o método de revisão integrativa de literatura. Essa proposta assegura que as etapas para processo de desenvolvimento do trabalho sigam uma rigorosa organização em toda a sua estrutura, onde as evidências científicas são exploradas minuciosamente e sintetizadas em um conhecimento atualizado a respeito da temática escolhida para o estudo (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

Deste modo, os seguintes passos foram seguidos como forma de abordagem metodológica: identificação do tema e desenvolvimento da questão norteadora; busca da literatura com delimitação de descritores, bases de dados e aplicação dos critérios definidos para seleção e exclusão dos artigos; avaliação dos estudos; interpretação dos resultados e apresentação da revisão. Os descritores foram aferidos por meio do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

A coleta de dados se deu no período de 20 de maio a 13 de junho de 2023, a base selecionada foi a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizados os seguintes descritores: “Violência contra a Mulher”, "Humanização da Assistência" e “Acolhimento”. A estratégia de busca foi definida por pares, com as seguintes combinações: “Violência contra a Mulher” AND “Acolhimento” e “Violência contra a Mulher” AND "Humanização da Assistência". Os critérios de inclusão compreendem: artigos com capacidade de responder ao objetivo do estudo, limite temporal dos últimos 5 anos e artigos em português???. critérios de exclusão foram: artigos que se repetem nas bases e artigos sem texto na íntegra.

Após a seleção dos artigos conforme os critérios de elegibilidade previamente definidos, foram seguidos os seguintes passos: leitura exploratória, leitura seletiva e escolha do material. Por último, foi interpretado os resultados encontrados. Posto isso, encontra-se na Figura 1 o fluxograma do processo de seleção das publicações nas bases de dados selecionadas.

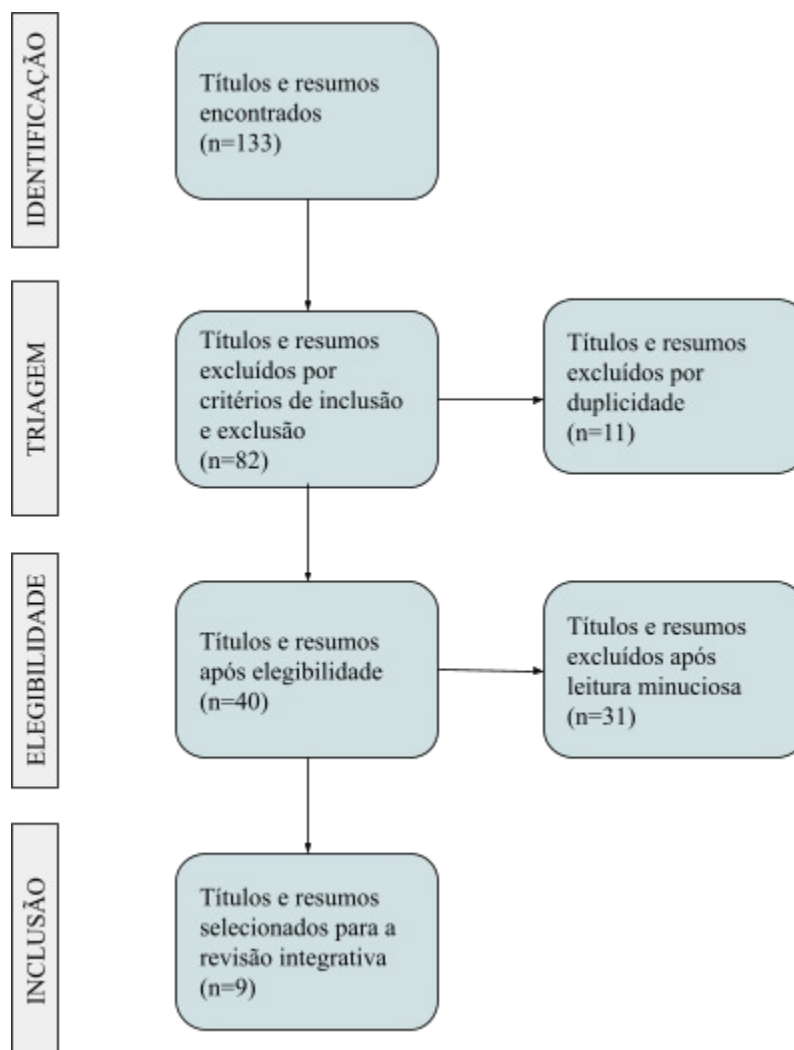


Figura 1 Fluxograma de seleção das publicações para composição da amostra de artigos selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os resultados encontrados nos artigos analisados nesta pesquisa, destaca-se que os profissionais da atenção primária à saúde desempenham papel relevante na Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e juntos devem buscar a integralidade do cuidado e a resolutividade das ações de saúde, por meio da interdisciplinaridade. Contudo, Carneiro et al 2022 problematiza que embora as equipes sejam constituídas por profissionais com saberes e fazeres diversos, permanece como tendência o campo de atuação individual.

No artigo de Melo et al 2022, é destacada a importância do enfermeiro, pois são os primeiros profissionais que essas mulheres têm contato no serviço de saúde. Logo, é indispensável uma conduta acolhedora com escuta qualificada, baseando o cuidado na sistematização da assistência de enfermagem (SILVA, RIBEIRO, 2020).

O acolhimento é visto como passo primordial ligado à percepção das necessidades biológicas, sociais e psicológicas e criação de vínculo, no intuito de entender a situação em sua integralidade, promover segurança e apoio. Entretanto, sendo o vínculo fundamental na APS e necessário nesse acolhimento, é notório que os profissionais demonstram compreensão

conceitual sobre a proposta de vinculação, mas que na prática não é observado.

Sendo o vínculo tratado como um fator que suscitou nas mulheres reflexão, confiança e busca para a saída do ciclo da violência, torna-se o mesmo indispensável no contexto da APS. Juntamente ao artigo de d'Oliveira et al 2020 no qual, o acolhimento e vínculo, quando realizados, foram destacados por gerar satisfação e reflexão.

Sehnemi, et al 2019, relata que o vínculo, o acolhimento e a notificação compulsória constituíram fatores importantes para a atuação junto às mulheres em situação de violência. A falta de abordagem do tema na formação acadêmica e profissional e a desarticulação da rede de atenção foram identificadas como condições que dificultam o atendimento adequado.

É importante citar que a notificação de violência doméstica, sexual e outras violências foi universalizada pela Portaria no 104/2011. Em 2014, essa portaria foi substituída pela Portaria no 1.271, que estabeleceu também a notificação imediata dos casos de violência sexual em âmbito municipal (BRASIL, 2016).

Contudo, em relação à conduta profissional dos enfermeiros, foi observado que estes não realizam a notificação, de caráter compulsório, quando há suspeita de violência, e sua abordagem consiste em encaminhar a vítima para outras especialidades como psicológicos e assistentes sociais (MELO et al 2022).

Ademais, o atendimento em casos de violência contra mulher deve ser feito de forma articulada e conjunta entre os serviços de saúde, a fim de evitar a fragmentação do cuidado e a revitimização das mulheres (MELO et al 2022).

Para Petrilli, Iwamoto 2019 seus achados corroboram com outras pesquisas na mesma perspectiva, demonstrando que as dificuldades percebidas estão mais relacionadas ao atendimento e acolhimento à vítima do que na realização dos procedimentos legais, necessários e previstos em lei.

Nesse sentido, foi constatado que há grande dificuldade de reconhecimento das mesmas por parte dos profissionais, ou seja, embora entendam que existem diversos tipos de violência, ainda não são utilizadas ferramentas eficazes para identificar as mulheres que são vítimas da violência (SILVA, RIBEIRO, 2020). É indispensável também a educação das próprias mulheres para que estas sejam capazes de reconhecer as situações violentas, sendo que o silêncio da vítima apareceu como fator importante para a não identificação dos casos.

Além disso, o estudo de Carneiro et al 2022 demonstra que os profissionais estão menos preparados para identificação da violência psicológica e de outros tipos, que não seja a física. Um dos estudos destacou que algumas mulheres não buscaram atendimento por se sentirem constrangidas e discriminadas pelo profissional.

De acordo com o artigo de Souza et al 2020, foram relatados sentimentos por parte das mulheres de falta de acolhimento; insegurança; medo e humilhação. Juntando estes aos sentimentos do estudo de Carneiro et al 2022 que permeiam culpa, vergonha, insegurança, não resolutividade, impunidade, em paralelo ao desconhecimento na abordagem do tema violência e no modelo reducionista voltado às lesões aparentes. Dessa forma, demonstra-se a importância da educação continuada para os profissionais atuantes na APS, além da necessidade de consolidação de políticas públicas para mulheres, com vistas a alcançar níveis satisfatórios de assistência qualificada.

Santos et al 2018 revelam as dificuldades que os profissionais têm no atendimento de mulheres vítimas de violência foram encontradas nas seguintes categorias: falta de estrutura das unidades, de capacitação dos profissionais e de uma rede de proteção a essas mulheres.

Além do mais, o despreparo dos serviços e dos profissionais da APS indicam rede de cuidado com pouca comunicação e, por vezes, não resolutiva. Diante dessa problemática, o artigo de Carneiro et al 2022, foca na urgência de capacitação de profissionais para atuar nesses serviços. Em consonância, o estudo de Souza et al 2020 traz o processo de capacitação como ferramenta aos profissionais, na promoção de abordagem direcionada e individualizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os profissionais da atenção primária à saúde desempenham papel relevante no enfrentamento à violência contra a mulher, sendo o acolhimento e a humanização fatores indispensáveis para a garantia de um cuidado integral. Contudo, é evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar um atendimento eficaz e efetivo, para isso, é necessário um olhar ampliado e direcionado para esta questão, além de investimento em políticas públicas e educação em saúde para profissionais e as vítimas.

Como limitações do estudo foram encontrados poucos estudos brasileiros com características regionais que não demonstram de forma abrangente a vivência de tal realidade, visto que o Brasil comporta diferentes realidades. Evidencia-se a necessidade de investimentos na educação, estudos e pesquisas sobre a temática a fim de promover melhorias nas práticas assistenciais.

Torna-se necessário também que, a matriz curricular abarque conteúdos focados na violência, de forma a fomentar uma identidade profissional aberta a essas questões. D'Oliveira em 2022 fomentou este ponto ao abordar que os profissionais trazem como crítica de que o curso não tinha um papel robusto em abordar tais pontos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Nº 2436 de 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (acessado em 01/6/2023). <http://www.saude.gov.br/bvs>

BRASIL, Ministério da Saúde. Violência Contra as mulheres- OPAS/OMS. (acesso em 05/10/2023) www.paho.org/pt/topics/violence-against-wome

BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica : Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 230 p. : il.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Humanização: PNH (folheto). 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

CARNEIRO, Cristianne Teixeira et al. Fluxos de atendimento às mulheres em situação de violência na atenção primária à saúde. Revista Ciência Plural, v. 8, n. 3, 2022

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, 2020

DOS SANTOS, Silvana Cavalcanti et al. Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade?. Saúde e Pesquisa, v. 11, n. 2, p. 359-368, 2018

MELO, Estefani Alves et al. MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 40, 2022

MOTA AR, Machado JC, Santos NA, Simões AV, Pires VMMM, Rodrigues VP. Práticas de cuidado da(o) enfermeira(o) à mulher em situação de violência conjugal. 2020 jan/dez; 12:840-849. DOI: <http://dx.doi.org/0.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7814>

SEHNEM, Graciela Dutra et al. Violência contra as mulheres: atuação da enfermeira na atenção primária à saúde. Rev. enferm. UFSM, p. e62-e62, 2019

SILVA, Viviane Graciele da; RIBEIRO, Patrícia Mônica. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. Escola Anna Nery, v. 24, 2020 SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review. Escola Anna Nery, v. 25, 2020.

PETRILLI, Laslei Aparecida Teles; IWAMOTO, Helga Midori. Dificuldades no atendimento acerca da violência contra a mulher, em Gurupi-TO. Barbarói, p. 171-194, 2019.